



<b>1 DA IDENTIFICAÇÃO DA CORREIÇÃO</b>	
Processo	CPA 8503406-12.2020.8.06.0026
Unidade	Vara Única da Comarca de Jaguaratama
Entrância	Entrância Inicial
Endereço	Rua Riacho do Sangue, nº 786, Centro
Período da Correição	Setembro de 2020
Portaria	Portaria nº 36/2020

<b>2 DO JUIZ – DADOS FUNCIONAIS E PESSOAIS</b>	
Nome: <b>Sérgio Augusto Furtado Viana Neto</b>	Matrícula: <b>10243</b>
(X) Juiz de Direito ( ) Juiz Substituto	( ) Titular (X) Respondendo ( ) Auxiliando Se o juiz estiver respondendo ou auxiliando: Portaria designatória: Portaria nº 1140/2019
Exercício cumulativo: (X) Sim ( ) Não	Quais? Comarcas de Jaguaribe e Pereiro
Ingresso na Magistratura: 05/07/2013	Ingresso na Vara:
O juiz reside na Comarca?	( ) Sim (X) Não
O Juiz exerce a função de Diretor do Fórum?	(X) Sim ( ) Não
O Juiz exerce outra função administrativa (CEJUSC, COMAN, Distribuição, Vice-Diretor)?	( ) Sim (X) Não Qual?
O Juiz exerce a função de Juiz Eleitoral?	(X) Sim ( ) Não
O Juiz exerce a função de magistério?	( ) Sim (X) Não Se sim, em qual instituição? Qual a frequência?

<b>3 DO QUADRO DE PESSOAL</b>		
<b>3.1 ANALISTAS JUDICIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>01</b>
Beatriz Matos Pessoa		40665
<b>3.2 JUÍZES LEIGOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.3 OFICIAIS DE JUSTIÇA</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.4 TÉCNICOS JUDICIÁRIOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>01</b>
Cleison Pereira do Nascimento		8945
<b>3.5 AUXILIARES JUDICIAIS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>01</b>
Paulimelli Pinheiro Nogueira		797
<b>3.6 ESTAGIÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.7 ESTAGIÁRIOS DE GRADUAÇÃO</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>
<b>3.8 TERCEIRIZADOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>00</b>

3.9 CEDIDOS		TOTAL	10
Bruno Sousa Augusto	Cedido	Monitor de Informática	41200
Creuziene Duas de Oliveira	Cedido	Auxiliar Administrativo	41194
Cristiano Calixto Bezerra	Cedido	Digitador	41195
Everardo Gomes de Freitas	Cedido	Monitor de Informática	41197
Francisco Cesar Lemos	Cedido	Auxiliar de Serviços Gerais	41198
Francisco Raimir Oliveira Gomes	Cedido	Monitor de Informática	41196
Katia Alves Martins	Cedido	Monitor de Informática	41199
Laelia Maria Alves Ferreira	Cedido	Auxiliar Administrativo	42682
Fabrcio Saldanha de Almeida	Cedido	Monitor de Informática	42684
Sâmia Meire Alves da Silva	Cedido	Auxiliar Administrativo	43998
<b>3.10 CARGOS EM COMISSÃO</b>			
Beatriz Matos Pessoa	Assistente Judiciária		40665
Cátia Silene Coelho da Silva	Supervisora		44105

4 DO PROMOTOR DE JUSTIÇA	
Nome: Nara Rubia Silva Vasconcelos Guerra	( ) Titular (X) Respondendo
Responde por outras Comarcas? (X) Sim ( ) Não	Quais? Aracati

5 DO DEFENSOR PÚBLICO
Não há

6 DA COMPETÊNCIA DA UNIDADE JUDICIÁRIA
Comarca de Vara Única
(X) Vara Única

7 DO ACERVO PROCESSUAL		
Acervo atual	2514	
Acervo na última inspeção realizada pela CGJ/CE	3119	
Data da Inspeção: 14/08/2018		Nº CPA: 8504536- 08.2018.8.06.0026
(X) Diminuiu ( ) Aumentou	Diferença:	-605
Tramitação Processual ( ) Físico ( ) Digital	(X) Físico/Digital	

8 DA PRODUTIVIDADE
DADOS DO MAGISTRADO

<b>8.1 Produtividade somada dos magistrados que responderam pela unidade nos últimos 12 meses (conforme lista anexa)</b>		
Item	Quantidade Total	Média Mensal
Sentenças	320	26,67
Acordos	60	5
Decisões	520	43,33
Audiências	98	8,17
Despachos	1879	156,58
<b>DADOS DA UNIDADE – dados extraídos do dia 17 de setembro de 2020</b>		
<b>8.2 Gestão de desempenho (Ano: 2020)</b>		
Processos novos		309
Processos pendentes de julgamento		2116
Processos julgados		292
Processos pendentes de baixa		2514
Processos baixados		424
<b>8.3 Gestão do acervo (Mês: setembro /Ano: 2020)</b>		
Processos conclusos para Sentença		108
Processos julgados e não baixados		398
Processo Suspenso		91
Processos Reativados no mês		1
Processos Transitados no mês		13
Processos em grau de recurso no mês		3
Processos remetidos a outro foro no mês		0
Processos arquivados definitivamente no mês		24
Processos entrados no mês		24
Processos julgados no mês		22
<b>8.4 Processos prioritários (conforme listas anexas)</b>		
Idoso	Pendente de Julgamento	56
	Pendente de Baixa	63
Réu Preso	Pendente de Julgamento	34
	Pendente de Baixa	36
Doença Grave	Pendente de Julgamento	4
	Pendente de Baixa	6
Menor	Pendente de Julgamento	4
	Pendente de Baixa	4
Cirurgia, Leito Hospitalar e Medicamentos	Pendente de Julgamento	3
	Pendente de Baixa	4
<b>8.5 Processos paralisados há mais de 100 dias</b>		
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 101 e 180 dias		411
Quantidade dos processos conclusos paralisados entre 181 e 360 dias		809
Quantidade dos processos conclusos paralisados há mais de 360 dias		47
Total		1267
<b>8.6 Gestão de Tempo e Qualidade</b>		
Índice de processos com assunto cadastrado		100%
Índice de conformidade de classe (CNJ)		100%

<b>9 DOS PROCESSOS JUDICIAIS</b>	
<b>9.1 VISÃO GERAL</b>	
<b>9.1.1 Processos Conclusos</b>	
Para Despacho	555
Para Decisão Interlocutória	4
<b>9.1.1 Liminares Pendentes de Análise</b>	
Quantidade de Liminares Pendentes de Análise	14

É feito algum controle em processos em que é postergada a apreciação de pedido liminar para período após a apresentação de manifestação pela parte requerida?	( ) Sim (X) Não
<b>9.1.2 Custas Finais</b>	
Há controle da cobrança das custas finais? (inclusive em processos arquivados)	( ) Sim (X) Não
<b>9.2 DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM CURSO NA UNIDADE</b>	
<b>9.2.1 Processos Cíveis</b>	
Mandados de Segurança	18
Ações Cíveis Públicas	70
Ações de Improbidade Administrativa	41
<b>9.2.2 Tribunal Popular do Juri</b>	
Total de Processo de competência do Tribunal do Juri	17
Juris realizados nos últimos 12 meses	0
Juris pendentes de realização	3
Processos aguardando a designação de data para realização do Juri	3
Processos inseridos na Meta ENASP	18
<b>9.2.3 Execução Penal ou Condições Estabelecidas no Juizado Especial Criminal</b>	
Cumprimento em Regime Fechado	-
Cumprimento em Regime Semiaberto	-
Cumprimento em Regime Aberto	-
<b>9.2.4 Infância e Juventude</b>	
Total de processos relacionado ao Estatuto da Criança e do Adolescente	150
Total de processos de apuração de Ato Infracional	20
Total de processos de execução de medida socioeducativa	1

<b>10 DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS</b>	
<b>10.1 Processos Administrativos contra Serventias Extrajudiciais</b>	
8503872-40.2019.8.06.0026: em face do Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis (atualmente na Assessoria Jurídica da CGJCE, aguardando apreciação da resposta oriunda da Comarca de Jaguaretama).	
8503523-08.2017.8.06.0026: em face do Cartório do 2º Ofício (atualmente na Gerência Administrativa da CGJCE, aguardando resposta de Despacho - CGJ).	
8504011-60.2017.8.06.0026: em face dos Cartórios de Registro Civil do Distrito de Poço Comprido e Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis (atualmente na Coordenadoria de Organização e Controle das Unidades Extrajudiciais da Corregedoria Geral, aguardando minuta de informação).	
<b>10.2 Processos com Representação</b>	
Nada consta	

<b>11 DOS PROCEDIMENTOS</b>	
<b>11.1 Visão Geral</b>	
Entrados no Mês	13
Arquivados	2
<b>11.2 Procedimentos Investigatórios</b>	
Pendentes	356
<b>11.3 Cartas Precatórias</b>	
Pendentes	278

<b>12 DAS AUDIÊNCIAS</b>	
<b>12.1 Produtividade nos últimos 12 meses</b>	
Total de audiências agendadas	252
Total de audiências realizadas	98

Audiências não realizadas	135
Audiências canceladas/redesignadas	81
<b>12.2 Situação geral</b>	
Processos aguardando a designação de audiências	10
Processos aguardando a realização de audiência	94
Audiência designada com a data mais distante	03/12/2020

<b>13 DO GERENCIAMENTO DA UNIDADE</b>	
<b>Gestão de Processo de Trabalho</b>	
Como é feita a abertura de Malote Digital?	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Como é feita a abertura de e-mail institucional?	<input checked="" type="checkbox"/> servidor específico <input type="checkbox"/> revezamento
Há uma rotina específica para a cobrança de cartas precatórias sem cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não
Há uma rotina específica para cobrança de mandados pendentes de cumprimento?	<input checked="" type="checkbox"/> sim <input type="checkbox"/> não

<b>14 PROCESSOS INSPECIONADOS</b>	
<b>14.1 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DESPACHO</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0005947-05.2019.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Mandado de Segurança ajuizado em 05/11/2019. Liminar deferida em 27/01/2020. À conclusão tendo em vista manifestação do requerido datada de 07/08/2020.
0002880-71.2015.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Mandado de Segurança ajuizado em 19/08/2015. Sentença proferida em 23/01/2019. Ato ordinatório exarado em 17/04/2020, determinando providências a parte autora. Certidão de decurso de prazo em 03/08/2020. À conclusão.
0005805-98.2019.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Cobrança Seguro DPVAT, ajuizada em 30/07/2019. Contestação apresentada em 19/12/2019. Nova manifestação do requerido em 27/03/2020. À conclusão.
0000219-66.2017.8.06.0198	Visto em inspeção. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado em 23/06/2017. Sentença proferida em 04/07/2018. Feito paralisado desde então. À conclusão.
0050053-18.2020.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Negócio Jurídico, ajuizada em 09/02/2020. Pedido de Tutela de Urgência deferido em 14/02/2020. Contestação apresentada em 14/05/2020. À conclusão.
0013724-41.2019.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Guarda, Alimentos e Direito de Visita ajuizada em 31/10/2019. Parecer apresentado em 20/02/2020. À conclusão.
0013716-64.2019.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Civil Pública, ajuizada em 04/07/2019. Réplica apresentada em 23/04/2020. Ofício da Secretaria de Saúde em 17/09/2020. À conclusão.
0005806-83.2019.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Cobrança Seguro DPVAT ajuizada em 30/07/2019. Contestação apresentada em 30/12/2019. Feito paralisado desde então. À conclusão.

0000163-33.2017.8.06.0198	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Busca e Apreensão ajuizada em 02/05/2017. Contestação apresentada em 05/08/2019. Feito paralisado desde então. À conclusão.
0004056-17.2017.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Indenização por Cobrança Indevida ajuizada em 02/08/2017. Processo paralisado desde 27/03/2019. À conclusão.
<b>14.2 PROCESSOS CONCLUSOS PARA DECISÃO</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0002885-93.2015.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Incidente de Insanidade Mental instaurado em 01/09/2015. Feito paralisado desde 01/05/2018. À conclusão para impulso oficial.
0000417-74.2015.8.06.0198	Visto em inspeção. Trata-se de Denúncia de oito réus pela suposta prática do delito previsto no art. 155, §4º, CP, apresentada em 11/08/2015. Feito paralisado desde 18/07/2018. À conclusão para impulso oficial.
0000335-43.2015.8.06.0198	Visto em inspeção. Trata-se de Pedido de Busca e Apreensão ajuizado em 29/04/2015. Feito paralisado desde 29/04/2019. À conclusão.
0000558-73.2018.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Inquérito Policial instaurado em 29/01/2019. Representação por Prisão Preventiva apresentada em 15/05/2020. À conclusão.
0000402-42.2014.8.06.0198	Visto em inspeção. Trata-se de Denúncia pela suposta prática do delito previsto no art. 121, §2º, II e IV c/c art. 14, II, ambos do CP. Denúncia apresentada em 16/02/1999. Manifestação do Ministério Público, em 26/06/2020, pugnando pela extinção da punibilidade em face de um dos réus. À conclusão.
0005949-72.2019.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Denúncia pela suposta prática dos delitos previstos nos arts. 28 e 33, da Lei nº 11.343/06, apresentada em 10/12/2019. Manifestação do Ministério Público apresentada em 07/07/2020. À conclusão.
0005962-71.2019.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Inquérito Policial instaurado em 20/11/2019. Manifestação do Ministério Público apresentada em 07/07/2020. À conclusão.
0010185-33.2020.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Incidente de Insanidade Mental, instaurado em 17/08/2020. Aguardando despacho inicial.
0010170-64.2020.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Pedido de Restituição de Coisas Apreendidas, apresentado em 08/08/2020. Manifestação do Ministério Público apresentada em 31/08/2020. À conclusão.
0000580-34.2018.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Reintegração de Posse, ajuizada em 03/12/2018. Processo paralisado desde 26/08/2019. À conclusão.
<b>14.3 PROCESSOS CONCLUSOS PARA SENTENÇA</b>	
<b>Processo</b>	<b>Movimentação</b>
0000249-18.2019.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Reconhecimento e Dissolução de União Estável <i>post mortem</i> , ajuizada em 20/03/2019. Feito conclusivo para sentença desde 06/05/2020.
0000272-47.2017.8.06.0198	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais ajuizada em 04/08/2017. Feito sem movimentação desde 30/11/2018. À conclusão.
0003816-62.2016.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Cobrança, ajuizada em 16/03/2016. Sentença proferida em 24/07/2018. Contrarrazões apresentadas em 15/05/2020. À conclusão.

0000323-58.2017.8.06.0198	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Declaratória Negativa de Débito, ajuizada em 18/09/2017. Feito sem movimentação desde 18/12/2018. À conclusão.
0000379-08.2019.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Mandado de Segurança impetrado em 24/04/2019. Parecer do Ministério Público apresentado em 31/08/2020. Feito concluso desde então.
0000248-33.2019.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Retificação de Registro Civil, ajuizada em 20/03/2019. Parecer do Ministério Público apresentado em 10/03/2020. Feito concluso desde então.
0000386-97.2019.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Retificação de Registro Civil, ajuizada em 23/04/2019. Parecer do Ministério Público apresentado em 03/04/2020. Feito concluso desde então.
0000353-93.2017.8.06.0198	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Alimentos, distribuída em 19/10/2017. Parecer do Ministério Público apresentado em 14/05/2020. Feito concluso desde então.
0004197-70.2016.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de interdição, ajuizada em 09/12/2016. Sentença proferida em 09/04/2019. Parecer do Ministério Público apresentado em 19/08/2020. Feito concluso desde então.
0000328-51.2015.8.06.0198	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Curatela, distribuída em 22/04/2015. Parecer do Ministério Público apresentado em 11/08/2020. Feito concluso desde então.
0002949-74.2013.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação Ordinária, distribuída em 24/10/2013. Feito paralisado desde 08/06/2018. À conclusão para impulso oficial.
0003118-27.2014.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Cobrança, distribuída em 14/01/2015. Feito paralisado desde 13/04/2018. À conclusão para impulso oficial.
0003102-73.2014.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Morais e Materiais, distribuída em 16/01/2015. Feito paralisado desde 30/04/2018. À conclusão para impulso oficial.
0002695-33.2015.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Cobrança, distribuída em 20/04/2015. Feito paralisado desde 26/04/2018. À conclusão para impulso oficial.
0002633-90.2015.8.06.0106	Visto em inspeção. Trata-se de Ação de Cobrança, distribuída em 19/06/2015. Feito paralisado desde 20/01/2017. À conclusão para impulso oficial.

### 15 PROCESSOS HÁ MAIS TEMPO SEM MOVIMENTAÇÃO

Processo	Última movimentação	Movimentação
0003002-55.2013.8.06.0106	02/07/2014	Autos entregues com carga/vista ao advogado
0002487-83.2014.8.06.0106	13/08/2014	Autos entregues com carga/vista ao advogado
0002948-21.2015.8.06.0106	-	-
0002949-06.2015.8.06.0106	-	-
0002503-71.2013.8.06.0106	17/06/2016	Recebimento
0000004-61.2006.8.06.0106	27/06/2016	Recebimento
0004283-07.2017.8.06.0106	29/12/2017	Autuação
0004284-89.2017.8.06.0106	29/12/2017	Em classificação
0000006-31.2015.8.06.0198	03/05/2018	Redistribuído
0000134-51.2015.8.06.0198	03/05/2018	Redistribuído



<b>16 AVALIAÇÃO DE CUMPRIMENTO DE METAS</b>	
<b>16.1 Taxa de Congestionamento (Meta para 2020 é 70,8%)</b>	
Na última inspeção realizada pela CGJ/CE	-
2018	88,97%
2019	91,91%
2020	84,11%
<b>16.2 Índice de Atendimento à demanda – IAD (Meta para 2020 é 124%)</b>	
2018	64,99%
2019	33,83%
2020	137,22%
<b>16.3 Meta 1 (Meta para 2020 é maior que 100%)</b>	
2018	103,60%
2019	47,27%
2020	94,50%
<b>16.4 Meta 2 (Meta para 2020 é 80%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	556
Total de processos pendentes de julgamento	505
Total de processos julgados	51
2019 – Percentual de Atingimento	9%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2020	394
<b>16.5 Meta 4 (Meta para 2020 é 70%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	41
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	41
Total de processos julgados	0
2019 – Percentual de Atingimento	0%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2020	29
<b>16.6 Meta 6 (Meta para 2020 é 60%)</b>	
Total de Processos em Janeiro/2020	27
Total de processos pendentes de julgamento (conforme listas anexas)	15
Total de processos julgados	12
2019 – Percentual de Atingimento	44%
Total de processos a serem julgados até dezembro para cumprir a meta 2020	4
<b>16.7 Conciliação</b>	
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2019	92
Quantidade de Audiências de Conciliação realizadas em 2020, até o mês anterior em que a inspeção se realizou	10

<b>17 DA VIDEOCONFERÊNCIA</b>	
Possui estrutura (câmera e sistema) para realização da videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não
Possui sala específica para a videoconferência?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não
Cadastro no SIMAVI foi realizado:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não
Já realizou audiência por videoconferência:	<input checked="" type="checkbox"/> Sim ( ) Não

<b>18 NORMATIVOS IMPORTANTES</b>	
<b>Normativo</b>	<b>Conteúdo</b>
Provimento nº 14/2019/CGJCE	Dispõe sobre os procedimentos relativos ao recambiamento de presos e a solicitação de escolta para acompanhar detentos a audiências dentro do Estado do Ceará.
Provimento Conjunto nº 02/2019/ PRES/CGJ-CE	Disciplina o recolhimento, destinação, controle e aplicação de valores oriundos de prestação pecuniária imposta em sede de transação penal e como condição da suspensão do processo, de acordo com a Resolução nº

	154, de 13 de julho de 2012, do Conselho Nacional de Justiça.
Provimento nº 01/2019/CGJCE	Define os atos ordinatórios a serem praticados de ofício pelas Secretarias das Unidades Judiciais para efetividade do disposto no art. 93, inciso XIV, da Constituição Federal, c/c o artigo 203, § 4º, do Código de Processo Civil.
Provimento nº 22/2018/CGJCE	Determina a utilização do Sistema de Automação do Judiciário (SAJ/PG) para a prolação de sentenças.
Provimento nº 17/2018/CGJCE	Estabelece os critérios e define o procedimento da Inspeção Judicial Anual a ser adotado no âmbito do Primeiro Grau de Jurisdição do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Ceará, sob os auspícios do art. 39, Lei nº 16.397/2017, e da Recomendação CNJ nº 12/2013 e regulamenta as disposições pertinentes.
Provimento nº 08/2018/CGJCE	Autoriza os magistrados dos juizados especiais criminais e os demais juízes com competência criminal do Ceará a receber, mandar distribuir e processar os Termos Circunstanciados de Ocorrência - TCO para o fim de deflagrar procedimento de natureza penal, lavrado por qualquer agente público regularmente investido na função de policiamento (art. 69, Lei 9099/95), a exemplo dos policiais militares, policiais rodoviários federais, escrivães e inspetores de Polícia Civil.
Provimento nº 06/2018/CGJCE	Estabelece para remessa de processos por declínio de competência entre os sistemas utilizados nas Unidades Judicial do Estado do Ceará.
Provimento nº 11/2017/CGJCE	Dispõe sobre a gestão e a fiscalização judiciárias exercidas pelos juízes criminais, em comarcas onde houver cadeias públicas passíveis de interdição.
Provimento nº 09/2017/CGJCE	Dispõe sobre a alienação antecipada de bens apreendidos em procedimentos criminais e dá outras providências.
Provimento nº 02/2017/CGJCE	Dispõe sobre a fiscalização da situação processual dos presos provisórios pelos Juízes de Direito das unidades judiciárias com competência criminal do Poder Judiciário do Estado do Ceará.
Provimento nº 05/2016/CGJCE	Dispõe sobre a obrigatoriedade da escoreita e completa alimentação dos dados de qualificação e histórico da parte passiva em feitos de natureza criminal no âmbito da 1ª Instância do Poder Judiciário do Estado do Ceará, e dá outras providências.

## 19 RECLAMAÇÕES/CONSTATAÇÕES


## 20 RECOMENDAÇÕES

<b>20.1</b>	<i>Manter monitoramento e efetivação das Metas Nacionais do Judiciário para 2020, com destaque para as Metas 1, 2, 4 e 6;</i>
<b>20.2</b>	<i>Inserir a tarja referente a feitos prioritários nos processos assim considerados, para facilitar a identificação e julgamento destes feitos;</i>
<b>20.3</b>	<i>Adoção das recomendações pontuadas nos processos inspecionados, principalmente naqueles paralisados por tempo demasiado, providenciando o devido impulso oficial;</i>
<b>20.4</b>	<i>Providenciar impulso oficial mais célere às Cartas Precatórias, tendo em vista a existência de 278 pendentes;</i>
<b>20.5</b>	<i>Instituir rotina de cobrança de cartas precatórias, com o intuito de evitar que tais procedimentos fiquem paralisados no juízo deprecante;</i>
<b>20.6</b>	<i>Providenciar que os feitos prioritários recebam a devida atenção, fazendo-os tramitar em fluxo distinto das demais demandas judiciais;</i>
<b>20.7</b>	<i>Acompanhar os prazos prescricionais das ações penais, envidando esforços para que audiências não sejam redesignadas e que os feitos não fiquem paralisados por tempo demasiado, possibilitando o seu desate antes de consumada a extinção da punibilidade;</i>
<b>20.8</b>	<i>Os processos de réus presos deverão ser impulsionados com a máxima celeridade, apreciando, ex officio, o excesso de prazo na formação da culpa, bem como proceder um controle de apenados nessa situação;</i>



processos sem movimentação desde 2018, como é o caso dos processos nºs 0002885-93.2015.8.06.0106 e 0000417-74.2015.8.06.0198. Os demais processos inspecionados possuíam data de conclusão recente.

No fluxo **“Concluso para Sentença”** a maioria dos processos analisados estavam conclusos desde 2018.

Assim, podemos perceber que os alguns feitos não estão sendo impulsionados a contento, existindo a necessidade de dar maior atenção a alguns pontos específicos.

O primeiro ponto diz respeito à quantidade de processos **paralisados há mais de 100 dias**. Conforme dados do sistema SEI (extraídos na data de 17/09/2020), a Vara Única da Comarca de Jaguaratama/CE possui 1267 (mil duzentos e sessenta e sete) processos nessa situação, o que corresponde ao preocupante percentual de 50,39% do acervo.

Entendemos que a análise periódica de todo o acervo é dificultada pela grande quantidade de processos pendentes de baixa, no entanto a unidade deve empreender esforços para diminuir tal quantidade.

Outro ponto que a unidade precisa aprimorar diz respeito ao monitoramento das **Metas do CNJ**.

Em janeiro de 2020, a Vara Única da Comarca de Jaguaratama possuía 556 (quinhentos e cinquenta e seis) processos inseridos na **Meta 2 do Conselho Nacional de Justiça**, dos quais, até o mês de agosto, somente 51 (cinquenta e um) foram sentenciados, restando o julgamento de 394 (trezentos e noventa e quatro) processos, até o final do ano, para que a referida meta seja atingida.

No que diz respeito à **Meta 4 do CNJ**, a unidade possuía, em janeiro de 2020, 41 (quarenta e um) processos, dos quais, até o mês de agosto, nenhum foi sentenciado, restando o julgamento, até o final de ano, de 29 (vinte e nove) processos, para que a referida meta seja alcançada.

Quanto à **Meta 6 do CNJ**, a vara possuía 27 (vinte e sete) processos, em janeiro de 2020, dos quais, até o mês de agosto, 12 (doze) foram sentenciados, restando o julgamento, até o final de ano, de 4 (quatro) processos, para que a referida meta seja alcançada.

Quando considerados os últimos 12 (doze) meses, somando a produtividade de todos os juízes que responderam pela Vara Única da Comarca de Jaguaratama, têm-se uma **média processual** de 26,67 sentenças por mês, o que vem sendo insuficiente para atender a demanda da unidade, que é de 56,41 processos por mês (número obtido dividindo-se a quantidade de processos novos do ano de 2019 por 12 meses).

No entanto, importante destacar que na última inspeção, realizada em 2018, foi constatada a existência de 3.119 (três mil cento e dezenove) processos. Isso significa que houve uma redução de 605 (seiscentos e cinco) quanto comparado com o cenário encontrado em 2018.

Destaca-se também que houve uma redução na **taxa de congestionamento**. No ano de 2018 a referida taxa era de 88,97%, enquanto, em 2020, está em 84,11%.

Assim, em razão da realidade posta, é preciso trabalhar com prioridades, sendo certo que a unidade inspecionada deve dar maior atenção aos processos vinculados à Meta 2 e 4 e 6 do CNJ, bem como àqueles feitos paralisados por mais tempo, de modo a promover uma maior ênfase às garantias constitucionais da celeridade processual e da duração razoável do processo.

Desse modo, é de bom alvitre que a unidade apresente um **plano de gestão para incrementar o número de julgamentos, principalmente nos feitos insertos na Meta 2, 4 e 6 do CNJ, bem como visando movimentar todos os processos que se encontram parados há mais de 100 dias**, de modo a possibilitar que, mesmo não sendo alcançada esta meta ao final do ano, pelo menos sejam feitos os esforços possíveis para se chegar o mais próximo de seu objetivo.

Portanto, constatou-se que, neste momento, não há falhas graves aptas a justificar o aprofundamento da matéria no âmbito disciplinar. As irregularidades verificadas foram alvo de recomendações e medidas específicas, atendendo-se, assim, ao desiderato maior da atividade pedagógica desta Corregedoria.

Ademais, o Dr. Ramon Beserra da Veiga Pessoa, Juiz Substituto aprovado no último concurso para magistratura realizado por este Tribunal, recentemente, assumiu a

titularidade da unidade, o que resultará num incremento da produtividade, tendo em vista que os juízes que responderam pela Vara Única da Comarca de Jaguaratama não podia ofertar integral atenção à unidade, já que também respondiam por outros juízos.

Outrossim, as omissões e irregularidades anteriormente consignadas são sanáveis, com a implementação das recomendações acima pormenorizadas, não possuindo aptidão para comprometer o serviço ofertado pelo Judiciário à população local.

No entanto, a Vara Única da Comarca de Jaguaratama deve ser monitorada por esta Corregedoria. O monitoramento do módulo judicial deverá ficar sob responsabilidade da Coordenadoria de Correição e Monitoramento desta CGJ/CE, que, ao final do prazo de 90 dias, emitirá relatório com os índices estatísticos da unidade judiciária, para fins de comparação com os dados colhidos por ocasião desta inspeção.

Por fim, foi entregue cópia deste relatório ao magistrado, concedendo-lhe o prazo de 90 (cento e vinte) dias para cumprir as recomendações aqui pontuadas, comunicando a CGJ/CE as providências adotadas.

É o relato, que ora se submete à apreciação de Vossa Excelência.

Fortaleza, 28 de setembro de 2020.

**FRANCISCO GLADYSON PONTES FILHO**

Juiz Corregedor Auxiliar